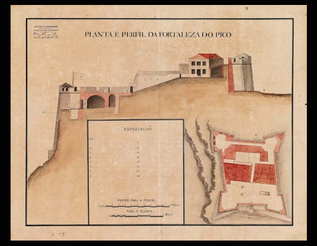



## OS TEMAS E OS PROBLEMAS

UM SABER EM ESPIRAL: DESAFIOS AO CONHECIMENTO HUMANO NO SÉCULO XXI

NESOLOGIA: PECULIARIDADES GNOSIOLÓGICAS DAS ILHAS

CONHECIMENTO CIENTÍFICO E HUMANIZAÇÃO DA PAISAGEM

HISTÓRIA DA MADEIRA

CULTURA, LINGUAGENS E CRIAÇÃO ARTÍSTICA

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO HUMANA E PROFISSIONAL E DESAFIOS DA SOCIEDADE MADEIRENSE

POLÍTICA, SOLIDARIEDADES, COMUNICAÇÃO E DIÁSPORAS

Conhecer é a forma suprema da razão humana dominar o mundo, ou seja, de se sentir senhora da vida e da terra habitada. A sistematização do conhecimento de forma distinta e organizada por disciplinas decorre, entretanto, da vontade de ordenar o caos do saber. O conhecimento sistemático oferece-nos então um mapa orientador, que nos dá a impressão pacificante de que abarcamos a realidade e dominamos o caos.

Cada época cultural sentiu a necessidade de realizar esta sistematização, quer em versão de compêndios multidisciplinares, quer em versão de enciclopédia.

Esta obra resulta justamente de um evento científico realizado no quadro de um grande projeto de produção de um novo saber enciclopédico sobre a região autónoma da Madeira.

Foi a partir dos resultados de pesquisa e das reflexões apresentadas nesse evento que esta obra se estruturou, assumindo-se que o maior dos desafios seria uma aposta forte na interdisciplinaridade e na discussão das suas possibilidades e dos seus limites em tempos de acentuada especialização.

Os que se interessam pelos temas madeirenses, articulados e enquadrados por reflexões epistemológicas que interessam à problematização do processo de produção de conhecimento no século XXI, encontrarão aqui, com certeza, leituras estimulantes.

Projeto 'Aprender a Madeira – Dicionário de História da Madeira'
apoiado pelo programa Intervir +
www.aprenderamadeira.net

Intervir+ Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM
QREN Quadro de Referência Estratégico Nacional Portugal 2007.2013
Região Autónoma da Madeira
União Europeia Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

ISBN 978-989-680-133-5

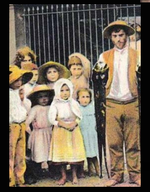
CLEPUL Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

ESFERA DO CAOS EDITORES

QUE SABER{ES} PARA O SÉCULO XXI?

HISTÓRIA, CULTURA E CIÊNCIA NA MADEIRA

COORDENADORES
JOSÉ EDUARDO FRANCO E CRISTINA TRINDADE



# QUE SABER{ES} PARA O SÉCULO XXI?

## HISTÓRIA, CULTURA E CIÊNCIA NA MADEIRA

COORDENADORES
JOSÉ EDUARDO FRANCO
E CRISTINA TRINDADE

ESFERA DO CAOS EDITORES

apca

## OS AUTORES

Alberto Vieira
Aline Bazenga
Ana Cristina Trindade
Ana Londral
Annabela Rita
Carla Lucas
Carlos Valente
Catarina Faria
Cristina Coelho
Cristina Trindade
Custódia Drumond
Daniela Marcheschi
Ernesto Rodrigues
Filipa Oliveira
Guilherme Silva
Isabel Santa Clara
Jacinto Jardim
Joana Balsa de Pinho
João David Pinto Correia
João Relvão Caetano
Jorge Freitas Branco
José Eduardo Franco
José Manuel Paquete de Oliveira
José Renato Gonçalves
Luís Machado de Abreu
Luísa Marinho Antunes
Luísa Soares
Marc Augé
Miguel Sequeira
Nelson Veríssimo
Paulo Miguel Rodrigues
Raimundo Quintal
Rui Carita
Simão Silva
Teresa Norton Dias
Thierry Proença
Thomas Dellinger
Viriato Soromenho-Marques

• Coleção **Estudos Insulares** •

Direção

José Eduardo Franco
José Manuel Paquete de Oliveira

Conselho Científico Consultivo

Alberto Vieira, Aline Bazenga, Ana Rita Londral
Carlos Valente, Cristina Trindade, Custódia Drumond
Eduardo Jesus, Isabel Santa Clara, Jacinto Jardim
João David Pinto-Correia, Jorge Freitas Branco
José Agostinho Jardim Gonçalves, Luísa Marinho Antunes Paolinelli
Luísa Soares, Miguel Sequeira, Nelson Veríssimo
Paulo Miguel Rodrigues, Raimundo Quintal, Renato Gonçalves
Rui Carita, Saturino Gomes, Sílvio Fernandes, Simão Daniel Silva,
Teresa Norton Dias, Thierry Proença, Thomas Dellinger

A condição insular foi geradora de cultura, de literatura, de modos de estar e de pensar com matizes peculiares conferidos pela mundividência de quem nasceu com a marca de ter o mar como grande e vasta fronteira. Esta coleção pretende publicar obras sobre autores, temas e problemas que valorizem a herança cultural gerada nas ilhas, nomeadamente nas ilhas portuguesas.

# QUE SABER{ES} PARA O SÉCULO XXI?

## HISTÓRIA, CULTURA E CIÊNCIA NA MADEIRA

Esta obra foi publicada no âmbito do projeto
'Aprender a Madeira – Dicionário de História da Madeira',
apoiado pelo programa 'Intervir +'
www.aprenderamadeira.net

TÍTULO
Que Saber(es) para o Século XXI?
História, Cultura e Ciência na Madeira

COORDENADORES
José Eduardo Franco e Cristina Trindade

AUTORES
Alberto Vieira, Aline Bazenga, Ana Londral, Annabela Rita
Carla Lucas, Carlos Valente, Catarina Faria, Cristina Coelho
Cristina Trindade, Custódia Drumond, Daniela Marcheschi, Ernesto Rodrigues
Filipa Oliveira, Guilherme Silva, Isabel Santa Clara, Jacinto Jardim
Joana Balsa de Pinho, João David Pinto-Correia, João Relvão Caetano
Jorge Freitas Branco, José Eduardo Franco, José Manuel Paquete de Oliveira
José Renato Gonçalves, Luís Machado de Abreu, Luísa Marinho Antunes
Luísa Soares, Marc Augé, Miguel Sequeira, Nelson Veríssimo
Paulo Miguel Rodrigues, Raimundo Quintal, Rui Carita, Simão Silva
Teresa Norton Dias, Thierry Proença, Thomas Dellinger, Viriato Soromenho-Marques

DIREITOS RESERVADOS
© Esfera do Caos Editores, APCA e Autores

DESIGN DA CAPA
DesignGlow

FOTOGRAFIAS EXTRA-CAPÍTULOS
(SEPARADORES DE PARTES E SECÇÕES, E PÁGINAS INICIAL E FINAL)
© Florentino Bernardes Franco

IMPRESSÃO E ACABAMENTO ACD PRINT

DEPÓSITO LEGAL 385734/14

ISBN 978-989-680-133-5

1ª EDIÇÃO Dezembro de 2014

ESFERA DO CAOS EDITORES
Campo Grande
Apartado 52199
1721-501 Lisboa
**www.esferadocaos.pt**

APCA – AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DA CULTURA ATLÂNTICA
Estrada Comandante Camacho de Freitas, 516
9020-152 Funchal
**www.apca-madeira.org**

# QUE SABER{ES} PARA O SÉCULO XXI?

## HISTÓRIA, CULTURA E CIÊNCIA NA MADEIRA

COORDENADORES

JOSÉ EDUARDO FRANCO
E CRISTINA TRINDADE

ESFERA DO CAOS
EDITORES

apca
AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DA CULTURA ATLÂNTICA

# História Militar da Madeira: Temas e problemas

**Rui Carita**

Universidade da Madeira

A repartição da História por grandes áreas oferece sempre inúmeros problemas na delimitação das mesmas, acrescidos das épocas e das regiões em análise. O termo militar remete ainda para questões mais específicas, advindas das classificações criadas entre os séculos XIX e XX, das sistematizações então criadas, etc. Em relação à História da Madeira, cuja ocupação e povoamento foram entregues à administração de uma ordem militar, depois incorporada na Coroa, o assunto merece ainda uma maior reflexão.

## As Ordens Militares e o Norte de África

O povoamento dos arquipélagos atlânticos portugueses nasceu com a conquista de Ceuta em 1415, quando foi sentida a necessidade de manter algumas das forças levantadas para aquela ação e assegurar o itinerário para a nova *conquista*. Essa necessidade adveio do aumento do tráfico no Atlântico e da fixação de castelhanos, aragoneses e franceses em algumas das Ilhas das Canárias, levando a coroa portuguesa a ter de urgentemente povoar os outros arquipélagos não habitados. Com base na então chamada *Armada do Algarve*, na sequência do descerco de Ceuta, entre 1418 e 1419, foram destacados dois escudeiros para o reconhecimento oficial do arquipélago da Madeira para a Coroa portuguesa, com vista ao seu povoamento. A fixação de população no arquipélago da Madeira data de 1421, ou no mais tardar, de 1425[1].

[1] Os documentos que atestam a data do início do povoamento são a *Carta de Doação de Terras aos Primeiros Povoadores da Ilha da Madeira*, datada de 1425 ou 1426, mas de que só conhecemos uma cópia parcial (?) da época de D. João II; o testemunho do próprio infante D. Henrique na concessão à Ordem de Cristo do espiritual da Madeira, Porto Santo e Deserta, de 1460, que diz que começou a povoar a ilha da Madeira há 35 anos; e o de Luís de Cadamosto,

A armada do Algarve foi depois reforçada à custa da fazenda do infante D. Henrique e vários dos seus elementos enviados a explorar as costas africanas para sul. A sua área de ação estendeu-se de imediato ao arquipélago da Madeira, sendo aqui reforçadas algumas das expedições e participando os seus habitantes nas viagens efetuadas. Igualmente aos capitães do infante aqui fixados competiu apoiar outras ações, como foi o caso da tentativa frustrada de conquista de Tânger e dos procedimentos seguintes.

As praças do Norte de África mantiveram assim um estreito relacionamento com o arquipélago da Madeira e, aumentando a ocupação portuguesa naquele território, a construção das defesas em algumas delas foi mesmo atribuída às alfândegas insulares, tal como parte da sua guarnição era dali oriunda. As praças de Safim e de Santa Cruz de Cabo de Guer, por exemplo, estavam muito mais perto da Madeira que do continente europeu, assim se explicando a estreita relação desde sempre mantida[2].

Datam da época do rei D. Fernando, e com a situação instável que então se vivia, as reformas na organização militar medieval até então praticada, sendo a mais importante o esboço da prestação de serviço militar obrigatório[3]. D. Fernando alargou esta tentativa de obrigação do serviço militar por meio das rendas e do número de moradores de cada povoação, conseguindo assim saber os que deveriam ter armas e aqueles que teriam de substituir os cavaleiros vilãos reformados.

---

que refere na sua *Primeira Navegação*, em 1455, que o infante mandara povoar a ilha há 24 anos.

[2] Dada a distância do continente, a Madeira era a principal responsável pela defesa das praças magrebinas do Sul, para as quais contribuíra através das alfândegas do Funchal e de Machico na sua fundação, passando depois a contribuir igualmente com importantes contingentes humanos. Para socorro de Santa Cruz ainda foram enviados, em março de 1541, quatro navios, inclusivamente com um cirurgião, tendo recolhido ao Funchal alguns feridos para tratamento (cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), CC, I-69, n.º 67. Carta de 14 mar. 1541). Continua atual o trabalho de Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz de Cabo de Guer*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945.

[3] Isto de certa forma simplicista e referindo as instituições militares, pois o exército que temos hoje é ainda mais recente, sendo uma organização dos séculos XVII/XVIII, da época do conde de Lippe. Ver a este respeito o trabalho do coronel Nuno Valdez dos Santos, *Raízes das Instituições militares portuguesas,* Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1986.

Estabeleceu-se nesta época a revista anual conhecida pelo nome de *Mostra*, ou *Alardo*, que já vinha do anterior, com o fim de verificar quais os homens que poderiam ser cavaleiros, imediatamente, ou para constituírem uma espécie de reserva, por meio de uma contribuição única: *Fossado* ou *Cavalo de Maio*, como indicativo de ser essa a altura do ano em que se tomavam medidas a respeito das perdas dos cavalos. As referências locais a esta organização são pontuais, mas as forças que saíram da Madeira para prestar apoio nas praças do Norte de África já cumpriam esses aspetos.

## A defesa do arquipélago da Madeira nos finais do século XV

As condições precárias da inicial instalação, aliadas à agressividade do terreno e ao domínio quase que absoluto dos mares pelos navegadores portugueses, não levaram a que se pensasse especificamente em quaisquer sistemas de defesa contra ameaças exteriores. A política determinada pelo rei D. João I e depois pelo infante D. Henrique aos seus capitães visou essencialmente a organização interna das novas comunidades e a sua disponibilidade para as ações desenvolvidas pelo infante nas Canárias e nas costas de África. O mesmo não aconteceu à instalação no Norte de África, onde de imediato se teve de proceder à fortificação: Ceuta, em 1415; mais tarde, Alcácer-Ceguer, em 1458; Tânger e Arzila, em 1471; e assim sucessivamente.

Data de cerca de 1445, segundo Diogo Gomes, a substituição da pirataria como função económica/guerreira pelo comércio pacífico, ou pelo menos mais pacífico, pois que, logicamente, nessa altura não era possível fazê-lo sem armas na mão. Em 1444 já se procurava estabelecer o tráfico com os nómadas cameleiros do Rio do Ouro, dentro do âmbito da obtenção de escravos e ouro. Em 1447 iniciaram-se as relações com o Suz, grande mercado de escravos, ouro e açúcar, tentando ainda nesse ano o infante D. Pedro estabelecer a paz e manter relações comerciais com o Bori-Mali e com os Jalofos. Em 1461, sob directivas de D. Afonso V, Soeiro Mendes levantou uma feitoria fortificada na Ilha de Arguim. Vinte anos depois, em 1481, Diogo de Azambuja levantou outra fortificação na Costa da Mina, sob a evocação de S. Jorge, então já em terra firme e em pleno Golfo da Guiné.

Até aos inícios do século XVI, Portugal foi aumentando o seu potencial marítimo, abandonando o corso ao longo das costas de África,

embora o estabelecesse no Oriente e foi substituindo ou tentando substituir essa atividade pelo comércio pacífico, francamente mais rendoso. Podemos assim considerar o século XV como perfeitamente dominado no quadro do Atlântico Norte pela navegação portuguesa que, salvo casos pontuais e esporádicos, não encontrou confronto à sua altura. Com base no poder marítimo, os Portugueses tentaram a instalação em território firme, o que só conseguiram com pesados custos. Construíram então algumas praças no Norte de África e ocuparam as ilhas atlânticas não habitadas anteriormente. Consolidadas estas posições, foi tentada uma rede de feitorias, interpostos e pontos de apoio que, no fim do século, envolvia totalmente o continente africano, chegando as armadas portuguesas à Índia.

A obrigatoriedade de fortificação só existe se houver uma ameaça de ataque. Essa obrigação ainda se encontra ligada ao binómio força e tecnologia do ataque, por um lado e, capacidade de resposta, por outro. Dentro do quadro de contínua guerrilha de corso e pirataria, embora não tendo passado despercebida aos primeiros povoadores da Ilha a necessidade de fortificação dos nascentes, mas já prósperos pequenos burgos, essa necessidade não se impôs aos moradores das ilhas da Madeira e dos Açores, nem à própria Ordem de Cristo. O domínio português na navegação atlântica desta época era tão importante que, embora tenha ocorrido pontualmente a presença e atividade de corsários castelhanos e biscainhos nas águas atlânticas, na segunda metade do século XV, a mesma não foi suficiente para dar aval à necessidade efetiva de fortificar os portos das ilhas.

Na vigência do 2.º capitão donatário do Funchal, na Ilha da Madeira, foi solicitado à infanta D.ª Beatriz, "tutora e curadora do seu filho D. Diogo" e administradora do mestrado de Cristo, os fundos e a autorização para a construção de uma fortificação que defendesse o porto do Funchal. Mas a infanta escusou-se, em carta de 20 de fevereiro de 1476, alegando a não disponibilidade da sua fazenda naquela altura, assim como outras razões não especificadas, exortando, no entanto, o capitão a remediar localmente a situação[4].

Nesse ano de 1476, o rei D. Afonso V encontrava-se fora do reino, preparando-se para a batalha de Toro. Ciente dos perigos dessa aven-

[4] Arquivo Regional da Madeira (ARM), CMF, docs. avulsos, 1-12, transcrito em *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVI, Funchal, 1973, p. 76.

tura, o jovem príncipe herdeiro D. João recolhera toda a prata disponível nas igrejas do país, entregara a regência à princesa D.ª Leonor e saíra igualmente do reino em apoio do pai. Perante a situação, a mãe da jovem princesa regente não podia desviar dinheiros ou atenções para a Madeira, quando Portugal corria tão graves riscos.

## A primeira ordem de fortificação do Funchal

A partir de 1492 também o reino de Castela se lançou na conquista do Oceano Atlântico, embora com tecnologias ainda rudimentares e, até certo ponto, aprendidas em Portugal; esta ação apresentou-se como uma nítida concorrência ao expansionismo português. Nesta sequência acabou por se ter de fazer a partilha do oceano e territórios adjacentes entre portugueses e castelhanos, celebrada pelos tratados de Toledo e, depois, de Tordesilhas. O último foi determinado após a visita de Cristóvão Colombo a D. João II, em Vale Paraíso, em março de 1493, após chegar da sua primeira viagem às futuras *Índias de Castela* e, estranhamente, antes de comunicar os resultados da viagem aos Reis Católicos.

O navegador Cristóvão Colombo conhecia bem a Madeira, onde estivera várias vezes como comerciante de açúcar, ao serviço dos mercadores genoveses Di Negro e Spínola. Tinha casado depois com uma filha do falecido capitão-donatário do Porto Santo. Era provável que tivesse ficado com ligações aos comerciantes italianos e flamengos radicados na Madeira, passando numa das viagens seguintes ao continente americano pelo Funchal, então centro florescente da produção açucareira e um dos principais suportes económicos da nossa feitoria na Flandres.

Nos meses seguintes, Colombo haveria de se queixar aos Reis Católicos que D. João II mandara sair da Madeira várias caravelas na rota que utilizara, o que os embaixadores portugueses negaram, mas depois, haveriam de confirmar. Assim não espanta que, entre as várias medidas de segurança a tomar no novo quadro da complexa situação política entre as duas coroas, se tenha pensado em fortificar o Funchal[5].

[5] Abordámos recentemente este assunto em "Cristóvão Colombo e a Madeira: antecedentes e consequências da primeira viagem às Antilhas em 1492", in *Novo Mundo e Mundo Novo. Cristóvão Colon em Portugal – março de 1493. 520.º aniversário da viagem de regresso do descobrimento oficial da América*, Lisboa, Palácio da Independência, 7 mar. 2013.

D. João II, que tinha entregado o lugar de condestável do reino e de administrador da Ordem de Cristo a D. Manuel, determinou-lhe, de imediato, a fortificação do Funchal. A ordem, com data de 21 de junho de 1493, foi enviada pelo duque D. Manuel sob a forma de *Regimento de fortificação*, acompanhado de detalhado orçamento. Tinha por base o plano de fortificação de Setúbal, que nunca se chegara a realizar e colocava a hipótese desse planeamento ser já pequeno para a então florescente vila do Funchal.

O regimento enviado por D. Manuel dava as medidas dos troços de muralha a levantar, com cerca de nove metros de altura, para uma espessura de cerca de dois metros. Como se pode deduzir era uma muralha perfeitamente medieval, que não entrava ainda em linha de conta com a utilização da artilharia. O caderno de encargos apresentava os preços que deveriam orçar os materiais, serviços e a mão de obra. Em anexo ao caderno de encargos vinha a maneira de cobrar as verbas para esta obra, recaindo maioritariamente sobre a cultura açucareira e o movimento do porto, mas incluindo também quase toda a população ativa do Funchal. Conforme se encontra expresso no próprio documento: "El Rei meu senhor determinou", o regimento tinha sido determinado pelo próprio rei D. João II[6].

Pelos pesados encargos que viriam a recair sobre a ilha, a população do Funchal intimidou-se e foram enviados à corte os procuradores Álvaro de Ornelas e Nuno Caiado a pedir que não se fizessem essas obras. Claro que as razões da "grande opressão da terra E que fazendo se receberíeis todos muitas perdas", que vieram expressas, depois, na carta de D. João II, não deixando de ser verdade, encobriam a verdadeira, que seria não estarem dispostos os senhores da terra a desviarem braços das culturas do açúcar por um hipotético futuro ataque que a euforia económica madeirense e a posição político-militar portuguesa não faziam prever a curto prazo.

D. João II já teria avaliado a situação de uma outra forma, tendo enviado Rui de Sande e Rui de Pina a Castela, para prepararem um tratado, mas somente assinado em Tordesilhas nos meados do ano seguinte. Encaminhado o assunto, a urgência de fortificar o Funchal não era já tão premente. Com data de 9 de janeiro de 1494, na altura em que

[6] ARM, CMF, T1, fls. 49-52v., Lisboa, 21 jun. 1493.

deveria ser começada a cerca, foi determinado "que nom se façam a cerca E muros que mandou fazer", pelas razões já apontadas, mas sim "algum baluartes, aqueles que necessários forem E assim se tapem alguns portões, onde cumprir de se taparem, pera defesa E guarda da dita ilha"[7].

Toda esta situação tem sido objeto de novas interpretações nos últimos anos, pois Cristóvão Colombo sempre manteve relações com Portugal e a Madeira, dado ter sido aí que aprendeu, verdadeiramente, a navegar no Atlântico, os seus biógrafos referirem que teria sido António de Leme que lhe dera informações sobre possíveis ilhas para ocidente, etc. Acresce que o navegador António de Leme saiu do Funchal nos primeiros meses de 1494, quando era vereador da câmara do Funchal e quando Colombo, em Castela, refere a saída de caravelas da Madeira na rota que utilizara. A determinação do papa Alexandre VI para a divisória entre Castela e Portugal era um meridiano a passar a cem léguas a ocidente dos Açores e Cabo Verde, mas em 1494, D. João II pede a sua alteração para quatrocentas e setenta léguas, medida cuja precisão levanta ainda mais problemas.

## As diferenças entre os arquipélagos atlânticos

Outros dados da situação interna portuguesa teriam tido nova evolução e D. Manuel, seis meses depois, enviou à Ilha "Vicente Sodré fidalgo" de sua casa, com regimento sobre a cerca e os baluartes necessários ao Funchal. Pensamos que este Vicente Sodré era o tio de Vasco da Gama, irmão de Isabel Sodré, filha de João de Resende, provedor das Salas de Armas, que casara com Estêvão da Gama, pais do futuro almirante. Vicente Sodré integrou a primeira viagem à Índia, comandando uma das caravelas, e deveria assumir o comando da expedição, caso houvesse algum impedimento por parte do almirante. Na segunda viagem foi substituído, se assim se pode dizer, por Lopo Mendes de Vasconce-

[7] *Ibidem*, fls. 48-48v. Lisboa, 9 jan. 1494: *Carta del Rey em que manda que nom se façam a cerca E muros que mandou fazer*". Os procuradores ainda ficaram em Lisboa, pois a 13, D. Manuel assina uma carta fazendo saber a Fernão de Parada, ouvidor na capitania de Machico, que recebera pelos procuradores Álvaro de Ornelas e Nuno Caiado e que desejava um melhor entendimento entre os capitães e as câmaras. *Ibidem*, fls. 293-294.

los[8], seu sobrinho por afinidade e que foi o primeiro madeirense a caminho da Índia.

Não chegou até nós o regimento de Vicente Sodré, por certo com considerações de carácter técnico ou económico, na sequência da indicação anterior de D. Manuel, de que haveria de enviar alguém para *in loco* ver o que era necessário. O regimento que veio com Vicente Sodré terá voltado com ele para Lisboa. Aliás, este fidalgo deve ter estado muito pouco tempo na Ilha, conforme indicação da carta do próprio D. Manuel: "De guisa que ele torne muito asinha E com bom concerto E aviamento Disto a que vai"[9].

Desconhecemos qual o caminho que entretanto levou a fortificação do Funchal. Nada consta do "bom concerto", nem do "aviamento" da cerca e dos baluartes do Funchal, pois só quase trinta anos depois se voltam a ter informações a este respeito. Não poderemos deixar de salientar aqui um certo *timming* insular e ultramarino, de certa forma desfasado em relação ao continente e que espaçava francamente os estudos e a ordem para execução das obras, do seu efetivo início.

O mesmo não se passou nos Açores. A distribuição das capitanias a vários nobres portugueses e flamengos, e consequentes conflitos, a que não teriam sido estranhas as questões entre os infantes D. Pedro e D. Henrique, fez nascer inúmeras rivalidades. Entre as várias alterações temos alguns desaparecimentos, mais ou menos misteriosos, e mesmo a passagem aos Açores de um dos filhos de Zarco, que veio a tomar conta da capitania de Ponta Delgada. Em 1490 surgiu na Ilha Terceira a primeira fortificação açoriana, localizada no alto da então vila de Angra. A sua construção foi determinada pelo capitão João Vaz Corte Real, que recebeu a sua alcaidaria em 1495[10], acrescida da capitania da Ilha de São Jorge. No entanto, era mais uma torre senhorial, emblemática do poder do capitão, que uma defesa geral da vila contra ataques exteriores.

---

[8] Lopo Mendes de Vasconcelos, então residente em Messejana, casara com Teresa da Gama, sobrinha do almirante Vasco da Gama.

[9] ARM, *ibidem*, fls. 179-179v. Transcrito por Francisco Melo, *Arquivo Histórico da Madeira*, *op. cit.*, pp. 299-300, doc. 180: 8 jul. 1494: "Carta do duque Em que manda que se pratiquem com Vicente Sodre a cerca E baluartes".

[10] ABP Angra, *CM Angra,* RG, T1, fl. 321. 19 maio 1495: *Doação da alcaidaria do castelo de Angra e a ilha de São Jorge a João Vaz Corte Real*. Pub. in *Arquivo dos Açores*, 2.ª ed., vol. IV, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1981, pp. 163- 164.

Situação semelhante tinha ocorrido nos inícios do século XV no arquipélago das Canárias, onde surgiu logo uma torre senhorial na Ilha de La Gomera, mas aqui fortemente justificável, não só pelos ataques dos guanches canarinos, como dos portugueses do infante D. Henrique e das capitanias do Funchal e de Machico, na Ilha da Madeira. Nos arquipélagos portugueses nunca se revelou nenhum inimigo interno, salvo em São Tomé, onde os escravos fugidos e organizados nas montanhas do interior chegaram a atacar a cidade, no entanto, só bastante mais tarde, nos finais do século XVI.

## As alterações no quadro atlântico nos inícios do século XVI

Nos inícios do século XVI igualmente outros povos europeus partiram à disputa dos novos territórios ultramarinos, dificilmente aceitando a partilha do Oceano Atlântico, e do mundo, entre os povos ibéricos, assim como o sancionamento então dado pela Igreja Romana. Com o aparecimento duma nova nação em expansão: a França, que também se queria afirmar como potência marítima, a que se seguiram a Inglaterra e a Holanda, o século XVI foi marcado por uma nova atividade e agressividade no mar, ultrapassando as dimensões pontuais e esporádicas do século XV e transformando-se progressivamente numa verdadeira guerra de corso. A coroa portuguesa tentou fazer frente ao assunto com negociações diplomáticas e chegou mesmo a apoiar-se num tribunal de presas marítimas, com sede em Ruão, mas a situação piorou sempre ao longo do século XVI.

Os interesses portugueses no Atlântico, que até então se centralizaram no arquipélago da Madeira, como ponto de apoio às explorações portuguesas da costa de África, passaram a deslocar-se mais para sul, para os arquipélagos de Cabo Verde e depois São Tomé e Príncipe. Por outro lado, com a necessidade de navegação em arco no Atlântico Norte para as viagens de regresso ao continente europeu, os Açores começaram a ganhar crescente importância ao longo desta época, tornando-se no ponto fulcral de discórdia das nações europeias dos meados e dos finais desse século.

O interesse estratégico dos Açores e da sua ilha mais central, a Ilha de Nosso Senhor Jesus Cristo, ou Terceira, foi logo percetível no primeiro quartel do século, levando à criação dum órgão central de

coordenação: a Provedoria das Armadas e Naus da Índia, com funções de reabastecimento e apoio, mas logo acrescidas de funções de defesa. As primeiras referências apontam para 1520, quando surgiu o *Regimento das Naus da Índia*[11], aparecendo o cargo de provedor das armadas e naus da Índia a partir de 1527. Em breve, a Ilha Terceira e o porto de Angra se tornavam o centro económico e estratégico de todo o arquipélago açoriano, passando as restantes ilhas a suas subsidiárias, como nos finais desse século se queixava, em São Miguel, o cronista Gaspar Frutuoso.

Nos inícios do século XVI tentou Portugal um novo avanço na ocupação de pontos-chave no controlo do complexo magrebino, desta vez tentando a implantação nas chamadas praças do Sul. Com base no desenvolvimento das relações comerciais estabelecidas no Golfo da Guiné e de pequenas feitorias espalhadas pela costa, com carácter quase particular, D. Manuel determinou a sua ocupação efetiva em nome da coroa. Adquiriram-se assim os interesses estabelecidos em Santa Cruz de Cabo de Gué e determinou-se a fortificação desse importante porto[12], a que se seguiu a construção dos castelos reais do Mogador e de Safim.

Dada a distância dos portos continentais para apoio às obras então levadas a cabo, optou-se pelo apoio das alfândegas de Machico e do Funchal, na Ilha da Madeira. Em breve o rei mandava os seus especialistas militares reverem as obras levadas a cabo e destacava mesmo mestres dos grandes arsenais de construções continentais para o Norte de África. Assim, João de Castilho, mestre das obras da Batalha,

[11] Estudado por Artur Teodoro de Matos, "Os Açores e a carreira das Índias no século XVI", in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A.H. de Oliveira Marques*, vol. II, Lisboa, Estampa, 1982 e "As escalas do Atlântico no século XVI", in *Actas da V Reunião Internacional de História Náutica e de Hidrografia*. O regimento encontra-se em ANTT, *Leis,* 2-167 (minuta) e ABP Ponta Delgada, *C. M. Ponta Delgada,* RG, T4, fl. 24v. Publicado in *AA,* vol. III, *op. cit.*, pp. 29--33; e *ibidem*, vol. IV, pp. 36-38.

[12] Dada a distância do continente, a Madeira era a principal responsável pela defesa das praças magrebinas do Sul, para as quais contribuíra através das alfândegas do Funchal e de Machico na sua fundação, passando depois a contribuir igualmente com importantes contingentes humanos. Para socorro de Santa Cruz ainda foram enviados, em março de 1541, quatro navios, inclusivamente com um cirurgião, tendo recolhido ao Funchal alguns feridos para tratamento (cf. ANTT, CC, I-69, n.º 67. Carta de 14 mar. 1541). Continua atual o trabalho Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz de Cabo de Guer*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945.

deslocou o seu importante conjunto de artífices para as fortalezas do Norte de África, encontrando-se nessa época em reparação e construção os castelos do Mogador, Aguz, Safim, Mazagão, Arzila, Alcácer-Ceguer, Tânger e Ceuta. Nesta vasta campanha de obras, ainda vem a colaborar o duque D. Jaime de Bragança que, ao serviço do rei, desloca também para o Norte de África os seus mestres de obras.

A fortificação das ilhas atlânticas com vista às alterações do quadro estratégico do Atlântico Norte foi um pouco mais tardia. Assim, na Ilha da Madeira, só depois de um ataque de um navio biscainho, que em 1528 roubara dois navios à carga no porto do Funchal, foi pedida ao Rei a construção de uma fortificação, queixando-se a população de que nada havia para a defesa do porto[13]. A ordem veio em 1529, cativando os dinheiros da imposição das carnes, até então destinados a melhoramentos da cidade. O controlo destes dinheiros seria do capitão do Funchal, ou, no seu impedimento, do Ouvidor, devendo a Câmara encontrar dois homens aptos para servirem de recebedor e de escrivão destas verbas, "de que o capitão seja contente"[14].

A construção era definida vagamente como "um baluarte com torre". A torre deveria ser construída onde o capitão achasse melhor, pelo que a escolha recaiu nas casas do mesmo. A construção elevou-se num misto de proteção ao desembarcadouro do Funchal e à alfândega real, para onde se virava o baluarte, mas essencialmente emblemática da residência senhorial do capitão do donatário.

As primeiras informações que possuímos sobre a construção, no entanto, somente datam de 1540 e 1541, quando dirigia a obra o pedreiro Estêvão Gomes e altura em que deve ter sido mais ou menos concluída[15]. Constava então duma torre semioval, articulada com uma muralha a correr sobre o "altinho das fontes" de João Dinis, que envolvia as casas do capitão. Ao lado das fontes de João Dinis possuía um torreão-cisterna que, flanqueando a muralha, protegia a aguada dos

[13] ANTT, CC, PI, 39/75; 1528. Carta da Câmara do Funchal para El Rey: "[...] fazemos saber que hos xj di no mes de Marco [a9 oras de vespan chegou a este porto hu nagio de gavea pengno de biscainhos [...] vinha das Canarias [...] surtyu davante o dito [...]".

[14] ARM, *CMF*, T 9, fls. 207-208. Alvará de 8 jul. 1529, registado, no entanto, somente a 18 fev. 1752.

[15] *Ibidem*, T1, fls. 7v.-8; 9 nov. 1542: *Alvará para fazer alcaide do baluarte*.

navios e da população na praia do Funchal. Encontrava-se artilhada com um conjunto excecional de peças de bronze na frente mar, enviadas de Lisboa em 1529[16], mas, para o lado da cidade, era somente dotada de um muro de terra batida, que no dizer do cronista Gaspar Frutuoso não tinha mais de doze palmos de terra. Não resistiu assim ao ataque corsário de 1566.

Na época de D. João III tinham surgido francas dificuldades no Norte de África, que levaram ao abandono de algumas das praças fortificadas construídas nos princípios do século. O evoluir da situação no Atlântico, onde a concorrência movida aos interesses ibéricos era crescente, associada ao interesse geral que o rei de Portugal sempre demonstrou pelos assuntos da Arquitetura, determinou a reformulação de grande parte das nossas estruturas de defesa. Data desta época, segundo quartel do século XVI, a interessante colaboração com o vasto império de Carlos V, começando a circular os especialistas militares, de um e de outro lado, nas várias frentes de combate, demonstrando a criação de um bloco ideológico ibérico, patente durante a realização do Concílio de Trento e que chegaria no final do século à união das duas coroas.

Foi nessa época dos meados do século XVI, com a necessidade de reformular as nossas defesas do Norte de África e o início das obras de São Julião da Barra, que se viria a transformar no *escudo do reino*, que foi necessário chamar a Portugal vários especialistas internacionais de Arquitetura[17]. Saliente-se, no entanto, que nem sempre foram aceites as suas recomendações e até presença, preferindo-se muitas vezes os técnicos nacionais, se se pode nesta época empregar corretamente esta designação.

Para coordenar todo este trabalho surgiu a necessidade de criar um órgão central, a Provedoria das Obras, à frente da qual foi colocado Álvaro Pires, que passou a coordenar todo este esforço. Durante o cerco de Maza-

[16] ANTT, CC, PII, 157-68: 30 jul. 1529: "Mandado de pagamento de Cristóvão Esmeraldo, provedor da fazenda, do frete de transporte da artilharia que veio para a Ilha, com quitação e auto do estabelecimento, por louvados, no valor do referido frete, tudo com a mesma data. Veio esta artilharia na nau de Duarte Belo, de que era mestre António Luís, pelo que se recebeu de frete 3$500".

[17] Cf. nosso trabalho *A fortaleza de São Julião da Barra, o Escudo do Reino*, Lisboa, Ministério da Defesa, 2007.

gão de 1562, onde 500 portugueses resistiram a 150.000 marroquinos, a nova provedoria viu o seu empenhamento amplamente reconhecido.

No mar, as armadas portuguesas foram sujeitas a uma outra atenção e acompanhamento, passando a efetuar constantes patrulhamentos das áreas críticas: costas de Marrocos e da Guiné para as armadas que se deslocavam para a Índia; e mar dos Açores, para as de regresso. As naus da *carreira da Índia* passaram a andar obrigatoriamente acompanhadas, ao mesmo tempo que se começaram a evitar ao máximo as escalas, chegando algumas armadas a fazerem as viagens Lisboa-Goa-Lisboa, quase sem qualquer outra escala.

As atividades específicas e diferenciadas da Provedoria (das Terças) de Álvaro Pires devem ter-se iniciado por volta de 1551, quando se enviou o famoso arquiteto Inofre de Carvalho ao Oriente, "por mestre das obras que lá mandar fazer o Vice-rei e Governador das ditas partes" e, no ano seguinte, com o envio de Isidoro de Almeida aos Açores, onde se planeavam as fortalezas de São Brás, em Ponta Delgada e São Sebastião, em Angra. O nome de Álvaro Pires já aparecia na documentação açoriana em 1550, ligado à nomeação dos provedores de resíduos e capelas, ação que se estendeu depois a outras áreas. No entanto, a grande produção do Provedor para os Açores foi na área das obras de defesa: fortificação e artilharia, o mesmo acontecendo depois em relação à Madeira.

Foi o futuro provedor o responsável pelo ensaio na Madeira dos futuros regimentos de Vigias e Ordenanças, assim como neste arquipélago e no dos Açores, pela difusão da documentação respeitante aos anadéis-mores de espingardeiros e à criação das nóminas dos bombardeiros de Ponta Delgada e do Funchal. Assim, reformulando o regimento de D. João III, de agosto de 1549, tinham sido enviados para o arquipélago da Madeira novos regimentos relativos à organização das ordenanças: Machico, 8 de junho de 1559; e Funchal, 16 de abril de 1567[18]. Estes regimentos foram reformulados por Álvaro Pires; a 22 de abril de 1567 o *Regimento de Vigias* para o Funchal[19], com alguns aspetos inovadores na organização de terreno, artilharia e fortificação; e a 16 de Fevereiro

[18] Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Madeira e Porto Santo, 47 e 53. 8 jun. 1559, traslado de 11 set. 1754 e 16 abr. 1567, de 25 jan. 1755. Cf. nosso trabalho *Arquitectura Militar na Madeira*, Funchal/Lisboa, DRAC, 1998, p. 121.

[19] ARM, CMF, T2, fls.109-112 v.; Lisboa, 16 fev. 1567: *Regimento dell Rey nosso Senhor sobre as Vigias*.

de 1569, o novo *Regimento de Ordenanças* enviado para a capitania de Machico[20]. Estes regimentos serviram de ensaio ao regimento geral publicado com o título: *Companhias da gente de cavalo e de pé*, a 10 de dezembro de 1570, referente cumulativamente a ordenanças e vigias[21].

Álvaro Pires de Landim era filho de André Pires, que fora escrivão da Fazenda real e do Hospital de Santarém, e do círculo do secretário António Carneiro. Mais tarde, André Pires foi escrivão da Provedoria das Terças, imposto municipal destinado às questões de defesa, assinando o regimento manuelino desta área[22]. Superintendia este influente letrado sobre os projetos de Arquitetura em curso pelos dinheiros da Fazenda real, sobre os vários arquitetos encarregados de os levar a cabo, assim como sobre a preparação desses técnicos e o ensino teórico da arquitetura no país.

O jovem Álvaro Pires começou por servir em Marrocos, onde foi armado cavaleiro por Francisco Coutinho, em 1537, a mandado do pai, o conde de Redondo, capitão e governador da vila de Arzila. Tendo começado as suas funções burocráticas na Casa da Índia, como seu pai, passou a escrivão da chancelaria de D. João III, sendo sucessivamente provedor de D. Sebastião, provedor das obras reais do cardeal-rei D. Henrique e, em 1581, como fidalgo do Conselho de Filipe I, aparece designado como *provedor dos paços e obras reais*[23].

A Provedoria das Obras reais, no entanto, estava na dependência da família Carvalho, embora determinadas obras reais tivessem tido outros fidalgos como provedores, como foi o caso do Baluarte da Ribeira de Lisboa e do Paço de Évora, com Bartolomeu de Paiva, *o amo* de D. João III, porque casado com Filipa de Abreu, natural da Ilha da Madeira e que amamentara o futuro rei. Nos finais do século XVI, entretanto, figura quase sempre como provedor das obras reais Gonçalo

[20] *Ibidem*, CM Machico, T2, fl. 65: *Regimento da ordem que Vasco Rodrigues, sargento-mor da Capitania de Machico, há-de ter em servir o seu cargo*. [...] *Álvaro Pires, o fiz escrever. Almeirim, 16 de Fevereiro de 1569*.

[21] ARM, CMF, RG, T5, fls. 105v.-107v.

[22] André Pires, *Regimento de como os contadores das comarcas hão de prover sobre* [...] *Obras terças e resíduos novamente ordenado*, Lisboa, Oficina de João Pedro Bonhomini, 1514.

[23] ANTT, Chancelaria de D. Filipe I, livro 2, fls. 46v.-47. Doações a Baltazar Álvares de mestre-de-obras dos paços de Santarém, Almeirim e Salvaterra, e das obras do mosteiro da Batalha, de 5 jul. 1581.

Pires de Carvalho, inclusivamente em aspetos técnicos de obras públicas, o que até então parece não ter acontecido.

Com a união das duas Coroas a atividade da provedoria dissolveu-se um pouco, só tendo sido recuperada nos finais do século XVI e ao longo do XVII. No entanto, as suas diretivas mantiveram-se ao longo de todo esse tempo, vindo a aparecer registadas nos meados do século XVII e sendo novamente difundidas no reinado de D. João IV. Existiam então instruções dispersas sobre a orientação e sequência a dar a estes assuntos, alguns anos depois reformuladas no *Regimento da forma de ter na Receita e Despesa do dinheiro aplicado à Fortificação*. Esta reformulação foi feita em finais de 1657 para a província de Entre Douro e Minho, único regimento de que temos conhecimento e que tinha por base as funções do vedor-geral, cujo regimento datava de 1642. Neste quadro, em 1689 foi publicado o *Regimento da Casa das Obras de El-Rei*.

## As armadas do Oriente

A expansão dos portugueses pelos mares e terras do Oriente foi muito rápida, como têm frisado os historiadores desta área. Em poucos anos, depois de Vasco da Gama atingir Calecute em 1498, os portugueses apareciam já da costa oriental de África, onde se pensava existir o reino de Preste João, até às ilhas da Insulíndia e do Japão, e às costas da China. Os portugueses adaptaram-se às contingências locais de todos os tipos, fixando-se um pouco por toda a parte e forjaram uma excecional rede de trocas comerciais que, em breve tempo, colocava em causa os interesses comerciais e políticos dos importantes impérios orientais. Com a chegada das nossas armadas ao Golfo Pérsico e as primeiras instalações construídas, houve mesmo que recorrer a artífices estrangeiros, citando-se nos primeiros trabalhos da fortaleza de Ormuz "quatro fundidores de artilharia, dois de artilharia de metal e dois de artilharia de ferro, e três eram gregos e um português, mulato e natural da ilha da Madeira"[24].

As armadas para a Índia, e depois para o Brasil, passavam quase que obrigatoriamente na Madeira[25], embora o regresso se fizesse sempre

[24] Fernão Lopes de Castanheta, *História do Descobrimento e Conquista da Índia...*, *op. cit.*, livro II, p. 362.

[25] As armadas de Jorge de Aguiar, que ia por capitão-mor do cabo de Guardafum, e de Diogo Lopes de Sequeira, por exemplo, cf. Fernão Lopo de Casta-

pelos Açores. Assim se explica a presença de muitos madeirenses nestas paragens: os principais herdeiros, os filhos-família, na sequência do bom nome obtido pelos pais; os filhos segundos na esperança de alguma nobilitação e fortuna; e ainda alguns casos, não tão pontuais como seria de desejar, de fugidos à justiça.

A Índia acenava com um eventual rápido enriquecimento para a fidalguia pobre ou proveniente de ramos secundários. Num cálculo rápido, para um número de 55 membros da nobreza insular que no século XVI emigraram para a Índia, somente 15 eram primogénitos, que regressaram quase todos, sendo os restantes 40 filhos segundos e que quase todos ficaram na Índia. Em relação à emigração para as praças africanas, foram ainda em maior número os madeirenses que casaram no Oriente e ali se fixaram. Nesta nova diáspora, algumas famílias madeirenses transferiram-se na quase totalidade, com mulheres, filhos e criados.

O principal nome a apontar no início desta época, onde as atividades mais marcantes decorreram no Golfo Pérsico, é o de Lopo Mendes de Vasconcelos, cunhado de Vasco da Gama, que participou na viagem de 1502[26], na esteira do qual seguiram inúmeros familiares, como o seu filho Manuel de Vasconcelos, juiz da alfândega e *sobrerrolda* de Diu[27], que regressado à Madeira era conhecido como "o da Índia". Tinha casado com a célebre Isabel da Veiga, "A Matrona de Diu", que defendeu a praça na ausência do marido, durante o cerco de 1538 e depois a seu lado, formando um corpo auxiliar feminino, tratando dos feridos, levando de comer e de beber aos soldados e enterrando os mortos[28].

---

nheta, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses,* vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, p. 418; e Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. III, Porto, Lello & Irmão, 1975, p. 282 sobre a pequena armada de António de Saldanha, em 1528. A presença de armadas e de navios isolados da rota das Índias e do Brasil foi uma constante da vida do Funchal nos séculos XVI e XVII, com todos os convenientes e inconvenientes daí advindos.

[26] Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, *op. cit.*, vol. I, pp. 494, 495 e 502.

[27] *Sobrerolda* era o nome dado aos encarregados de fiscalização das rondas. Será um nome que voltaremos a citar quando tratarmos dos *regimentos* de Ordenanças e de Vigias. Lopo de Castanheta, *op. cit.*, livro VIII, p. 510.

[28] Existe uma descrição coeva deste cerco publicada por Luciano Ribeiro, "O Primeiro Cerco de Dio", revista *STVDIA*, n.º 1, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, jan. 1958. Manuel de Vasconcelos aparece então comandando 30 homens, a 4 de Novembro de 1538 (cit. *Ibidem*, p. 264).

Manuel de Vasconcelos veio a ser recompensado com a capitania de Cananor, "pelos serviços feitos na fortaleza de Diu, estando cercada de turcos e dando ele pela ajudar, cumprindo em tudo com a obrigação que os bons cavaleiros em tais tempos têm"[29]. Depois de Manuel de Vasconcelos seguiu-se o sobrinho-neto, André de Vasconcelos, que serviu oito anos na Índia, começando em soldado e chegando em 1619 a capitão de navio. Pelos serviços prestados, foi recompensado em 1628 com a capitania de Damão[30].

Mais ou menos aparentados e descendentes do 1.º capitão do Funchal, eram ainda João Rodrigues Cabral (II), que em 1522 se encontrava em Ormuz, e os seus irmãos; João Rodrigues de Noronha, filho do 3.º capitão do Funchal, capitão de Ormuz em 1521 e 1522[31], no tempo do governador D. Duarte de Meneses, seu cunhado[32]; e depois Rui Gonçalves da Câmara, filho do 5.º capitão do Funchal, capitão de Barcelor[33], de Ormuz e, mais tarde, capitão-mor das naus da Índia; tal como muitos outros nos anos seguintes.

---

[29] Luciano Ribeiro, *Registo da Casa da Índia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954, p. 74, registo 319. Lisboa, 12 mar. 1540. Não foram comuns os elogios deste tipo nos registos da Casa da Índia, no entanto, parece que este cerco não correu muito bem e Manuel de Vasconcelos merecia-o. Cf. Gaspar Correia, *op. cit*. vol. III, pp. 135, 335, 345, 351, e vol. IV, pp. 38, 42, 46, 140.

[30] No *Registo da Casa da Índia,* n.º 2212, vem: *A André de Vasconcelos, fidalgo de sua caza, filho de Manoel de Vasconcelos, natural da ilha da Madejra, a capitania de Damão por ojto annos que servjo na Jndja ate o anno de 19 de soldado a capitão de navjos. Lixboa, 27 de janeiro, João Feo a fes. Anno de 1628*, Publicado por Luciano Ribeiro, *Registo da Casa da Índia*, *op. cit*., p. 60.

[31] Tinha a alcunha de "*o Mouraria*", dado o serviço no norte de África. Era filho de João Rodrigues Cabral e de Inês de Miranda, irmão de Miguel, Francisco, e Diogo Cabral, autor de uma célebre carta a D. João III, datada da Calheta, 20 out. 1553 (ANTT, CC, P1, 91-31). Ver a este respeito, Farinha, "Os portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538). Contribuição Documental e Crítica para a sua História", *Mare Liberum*, Revista de História dos Mares, n.º 3, 1991 pp. 77 e 129 e Gaspar Correia, *op. cit*. vol. II, p. 695.

[32] Cf. Luciano Ribeiro, *Registo da Casa da Índia*, *op. cit*. p. 23, registo 100: *A João Rodrigues de Noronha, fidalgo de sua casa, que possa mandar a Índia quinhentos cruzados empregados em mercadorias defesa. Em Lisboa, 24 de Maço. Álvaro Neto a fês, ano de 1522.*

[33] *Ibidem*, p. 179, registo 772: *A Ruy Gonçalves da Camara, fidalgo de sua casa, pelo serviço que fez na Índia, a capitania de Barcelor por cinco anos. Em Lisboa, 3 de Março. Lopo Soares a fez. Ano de 1571.*

## O saque corsário francês de 1566

O saque dos luteranos franceses em 1566 à Ilha da Madeira representou um marco importante para a organização da defesa do Atlântico. Em setembro de 1566, Bertrand de Montluc, gentil-homem da casa de Carlos IX e segundo filho do Marechal Blaise de Montluc, embarcou em Bordéus cerca de mil e duzentos homens, em três navios de alto bordo e oito embarcações de menor lotação. Esta armada começou por saquear o Porto Santo, notícia que logo chegou à Madeira, levando as vilas de Machico e Santa Cruz a armarem-se para qualquer eventualidade. No entanto, tal não aconteceu no Funchal. Por ordem do então governador Francisco Gonçalves da Câmara, não se tomou qualquer atitude que pudesse ser entendida hostil[34].

A armada francesa rumou à Praia Formosa, colocando em terra cerca de oitocentos homens, que se dirigiram para a cidade em três bandeiras. A fortaleza foi atacada assim por terra e, tendo as pesadas bocas de fogo apontadas para o mar, não resistiu. Na prática, também nenhuma força organizada se tentou sequer opor à invasão francesa, quase tudo tendo fugido. O Funchal sofreu um saque de cerca de quinze dias a que quase nada escapou.

A partir de então a atenção da corte de Lisboa virou-se para as ilhas atlânticas. Logo na armada de socorro à Madeira vieram alguns padres da Companhia, não fosse ter havido contaminação das ideias luteranas dos corsários. Em breve estava no Funchal um arquiteto militar altamente habilitado, Mateus Fernandes (III), ligado à família dos arquitetos do Mosteiro da Batalha; o capitão-donatário do Funchal; o futuro herdeiro da capitania e ainda alguns militares continentais para reverem a organização das companhias de ordenanças e vigias. No Funchal acabaram por ficar o donatário e o arquiteto militar, prometendo os padres da Companhia voltar para proceder à montagem dum colégio[35]. Num curto espaço de tempo, D. Sebastião instituía e dotava de rendas o Seminário da Diocese, dentro das diretivas do Concílio de Trento, e o Colégio da Companhia do Funchal.

---

[34] Cf. *História da Madeira (1420-1566), Povoamento e Produção Açucareira*, 2.ª ed., Funchal, SER, 1999, pp. 334-344.

[35] Cf. o nosso estudo *Colégio dos Jesuítas do Funchal*, Funchal, AAUMa, maio 2013.

O novo mestre das obras reais da Madeira, Mateus Fernandes, deve ter vindo nos finais do ano de 1566, pois nos primeiros dias do seguinte ano de 1567, já aqui se encontrava. Deve ter mandado logo para a Provedoria das Obras, em Lisboa, indicações várias e, em março seguinte, recebia a visita e o apoio do grupo de arquitetos italianos, que lhe trouxeram um primeiro *Regimento de Fortificação* para o Funchal[36]. Estes italianos, com quem o mestre das obras reais já teria contactado no Norte de África, Pompeu Arditi e Tomás Benedito, ambos de Pesaro, ficaram na ilha cerca de um mês e seguiram depois para os Açores, onde o último reformulou e dirigiu a nova Fortaleza de São Brás em Ponta Delgada.

Com esta colaboração, em princípio, o mestre das obras do Funchal levantou uma planta da cidade e planeou uma monumental fortaleza para o morro da Pena, a descer até à praia do Funchal, ocupando toda a atual *zona velha* ou bairro de Santa Maria do Calhau. Foi um planeamento, no entanto, que não foi aceite em Lisboa, optando-se por seguir um esquema mais tradicional, já imaginado nas muralhas dos finais do século XV e que os moradores não tinham então achado necessário.

D. Sebastião enviou em 1572 um novo *Regimento de Fortificação*, pelo provedor Álvaro Pires[37], em que a cidade era envolvida na frente mar e ao longo das ribeiras de João Gomes e de São João por panos de muralhas, que fechariam nos morros da Pena e de São João por pequenas posições fortificadas. A fortaleza central (futura Fortaleza de São Lourenço) foi ampliada com o planeamento feito por Mateus Fernandes para o morro da Pena, mas reduzido a menos de um terço das dimensões iniciais. Ficou assim com dois baluartes pentagonais gémeos, virados a norte, e um quadrangular, a proteger a zona ocidental.

Como apoio da fortaleza principal seria executada uma pequena estância fortificada a ocupar a foz das ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes (futura Fortaleza de São Filipe da praça do Pelourinho). A cidade considerada por D. Sebastião já era um pouco maior que a de D. Manuel, ou seja, o limite oriental passou da ribeira de Santa Luzia para

[36] ARM, CMF, RG, T3, fl. 142v.

[37] *Ibidem*, CMF, RG, T2, fl. 139 e ss., 1572: *Treslado dos apontamentos e regimento que se ha de ter nas obras de fortificação que el Rei Nosso Senhor manda fazer na cidade do Funchal da Ilha da Madeira.*

a de João Gomes. No entanto, o primitivo bairro de Santa Maria do Calhau, hoje *zona velha*, continuou a não ser considerado cidade.

Foi este esquema que Mateus Fernandes cumpriu em menos de dez anos e que foi melhorando ao longo da sua estadia na Ilha. O regimento de 1572 estendia-se já por ordem de D. Sebastião aos restantes portos, embora não se especificando logo o que haveria de se fazer. Pediam-se sugestões, que deveriam ser enviadas a Álvaro Pires para, depois de discutidas na Provedoria das Obras de Lisboa, serem oficialmente determinadas para o Funchal. Assim fortificou-se a foz da ribeira dos Socorridos, a Praia Formosa, Câmara de Lobos e ainda a foz da ribeira de Gonçalo Aires[38], onde mais tarde veio a ser instalado o Forte dos Louros e o Lazareto. O mestre Mateus Fernandes permaneceu na Madeira quase trinta anos.

No final do reinado de D. Sebastião e do seu tio-avô D. Henrique, embora de forma não perfeitamente institucionalizada, já se encontravam lançadas as bases da organização militar do século seguinte, com base no Funchal e na figura do conde-capitão, vedor-mor das alfândegas. Esta figura institucionalizou a do capitão-general das duas capitanias. Também no final do reinado se encontravam publicados os documentos legais para funcionarem o Colégio dos Jesuítas e o Seminário Diocesano do Funchal. Encontrava-se assim salvaguardada a defesa dos interesses portugueses na Madeira ao sentir da época, nas suas principais áreas: a defesa da fé católica e do território nacional.

Com a subida ao trono de Portugal de Filipe II e a aclamação de D. António, prior do Crato, nos Açores, este arquipélago tornou-se um campo de batalha das armadas europeias de apoio aos dois partidos. Embora em 1583 D. Álvaro de Bazán tenha derrotado as principais forças apoiantes de D. António, os Açores nunca deixaram de ser um dos principais locais de recontro das armadas ibéricas, das inglesas e das francesas. A presença contínua das forças inglesas nos mares dos Açores levou ao levantamento de uma complexa rede de fortificações, objeto de reformulações sucessivas e que atingiu uma monumentalidade notável no contexto da fortificação da época.

Os Açores e, principalmente, a cidade de Angra, passaram a ser um dos pontos fundamentais da política ultramarina ibérica, sendo ponto

[38] ANTT, Cartas missivas, 2-53.

obrigatório de escala das armadas das *Índias de Castela*, ou seja, das Antilhas, México e restantes territórios do continente americano, como do Estado Português da Índia. Esta situação levou à deslocação de vários especialistas internacionais aos Açores, onde deve ter tido peso importante o arquiteto italiano Tibúrcio Spanocchi, e ao levantamento do complexo da Fortaleza do Monte Brasil, frente à cidade de Angra, na ilha Terceira, porventura a mais importante defesa ibérica do Atlântico.

Os finais do século XVI foram marcados pelo verdadeiro pânico dos saques ingleses, perfeitamente inesperados e sem aparentes razões. Ao contrário dos franceses dos meados do século XVI, que visavam a instalação e o roubo, os ingleses inicialmente limitaram-se a queimar e destruir tudo o que encontravam, achando ganhar nisso muita honra. Assim explica o cronista britânico Robert Davie, o saque ao Porto Santo, em 1595, pelo capitão Amintas Preston[39]. Com o ataque de surpresa ao porto de Cádis, em 1587 e depois com o desastre da *Invencível Armada*, em 1588, onde se perdeu a *frol do Mundo*, no dizer do cronista Pero Roriz Soares, os ingleses passaram a atuar de uma forma ainda mais impune, continuando os saques nas costas da Península Ibérica, nos arquipélagos atlânticos e prolongando-os até às costas da América Latina.

Por razões dificilmente explicáveis, salvo o pontual saque inglês ao Porto Santo, em 1595, parece não ter havido quase nenhuma ameaça credível à Ilha da Madeira, passando sempre essas armadas ao largo, indo saquear Cabo Verde e as costas do Brasil. Um dos almirantes de Francis Drake, Manuel Serradas, era dado como sendo natural do Funchal e aí ter família, embora nenhuma informação local se refira ao mesmo, acrescendo que não era o único grande corsário inglês a atuar no quadro do Atlântico.

A resposta do império filipino foi a reestruturação das defesas já anteriormente implantadas, como o caso dos Açores, onde se reformularam e reedificaram as defesas efetuadas durante a vigência de D. António, Prior do Crato. Também foi nesta sequência a revisão total de todas as defesas construídas nas Canárias, para onde se deslocou Leonardo Turriano, em 1584, ali ficando até 1586. Turriano voltou ainda às Canárias

[39] "O Saque inglês de 1595 ao Porto Santo", com a colaboração de José Castilho, *Islenha* n.º 16, dir. Nelson Veríssimo, Funchal, DRAC, jan.-jun. 1995, pp. 83 a 87.

em 1587 e ali ficou até 1593. Igualmente na Madeira se ampliaram e aperfeiçoaram as estruturas anteriormente montadas, mas tudo longe das obras que se fizeram nos outros arquipélagos.

## O quadro da Coroa unida de Portugal e Castela

Com a subida ao trono de Portugal de Filipe II de Castela, não existindo capitão do Funchal, dado o falecimento dos 5.º e 6.º capitães quase ao mesmo tempo, tinha sido despachado para a Madeira um desembargador, o Dr. João Leitão, *homem de confiança* de Lisboa, que naquele momento de instabilidade política, assumiu as várias pastas da governação, incluindo a da guerra. Entretanto, decorrendo o conflito dos Açores, com a aclamação de D. António, o capitão das Canárias, D. Agostinho de Herrera, conde de Lançarote, ofereceu-se para serviço de Filipe I, em carta datada de 26 de janeiro de 1582: "Se sou de algum serviço no mar ou em terra, mande que ordenem de mim como de fiel vassalo e criado". Em março desse mesmo ano estava nomeado para a Madeira e em maio desembarcava no Funchal com uma força de soldados das Canárias[40].

Neste quadro, a defesa da Madeira passou a ser estudada de uma forma mais alargada do que até então tinha sido feita. Assim, as fortalezas determinadas em 1572 para um quadro de vagas escaramuças no Atlântico, eram perfeitamente insuficientes quando se temia a invasão de uma vasta armada inglesa e francesa ao serviço do Prior do Crato. Não se podendo culpar a corte de Lisboa da insuficiência da fortificação, quem sofreu o odioso foi o mestre das obras reais Mateus Fernandes, a partir de então, embora não colocado cientificamente em causa, afastado das principais tomadas de decisão e dado como, de alguma forma, ligado ao conde de Vimioso, demitido capitão de Machico e então a combater ao lado das forças do Prior do Crato.

O principal planeamento levado a cabo nessa época foi a grande fortaleza a levantar no Pico dos Frias, principal ponto de comando sobre toda a cidade e para onde foram deslocados desde logo materiais

[40] ARM, CMF, docs. avulsos, n.º 219: 10 nov. 1582: *Alvará por que Filipe I manda que sejam acatadas as ordens do conde de lançarote quanto á fortificação da ilha, pois que D. António embarcara na Ilha Terceira com sua gente e dizia-se que iria pela Madeira.*

de construção. Mas a instabilidade de toda a situação não deixou campo de manobra para uma obra de tal envergadura. Assim, e até à chegada do novo governador Tristão Vaz da Veiga, em 1585, não se foi muito mais além do reforçar das estruturas existentes, e mesmo com este governador a única alteração de fundo foi o prolongamento da muralha da frente mar, que morria junto da Igreja de Santa Maria do Calhau e que foi prolongada, a *pau a pique*, até ao Corpo Santo.

Tristão Vaz da Veiga tinha militado na Índia, desempenhando importante papel nos cercos de Malaca e na construção das muralhas das Portas de Deus da futura cidade de Macau, obras, inclusivamente, levadas a efeito com dinheiros dos seus ordenados. A situação interna foi então totalmente repensada, com a reorganização das companhias de milícias e a distribuição das vigias, tendo havido mesmo ordem, em agosto de 1586, para a residência efetiva do prelado no Funchal, indo-se ao pormenor de se certificar em Lisboa, em outubro, do seu efetivo embarque para a Ilha.

O governador queixou-se para Lisboa, logo que tomou conta das capitanias do Funchal e de Machico, das condições de defesa da Ilha que estavam longe de ser satisfatórias, embora entendesse que com um pequeno esforço, tudo poderia ser substancialmente melhorado. Dando o exemplo, começou por participar pessoalmente no serviço de vigias e nas obras da fortificação. Foi assim iniciado o prolongamento da muralha do Funchal até aos arrifes da igreja de Santiago, para além da capela do Corpo Santo. A muralha então levantada devia ser de *pau-a-pique*, mais tarde passada a pedra e cal. Igualmente nesta data se constróiem as casas de vigia: em Santiago e aos Ilhéus, depois levantadas por toda a Ilha.

O prolongamento da muralha efetuado por Tristão Vaz da Veiga foi a primeira alteração/ampliação do regimento de D. Sebastião de 1572. Representa ainda a aceitação do governador de que a cidade era um todo geográfico, logo a sua defesa não podia ser setorial, separando a "cidade dos mercadores" da "cidade dos artesãos e marítimos". No entanto, as muralhas levaram algum tempo a ser feitas, sujeitas a uma especial e contínua conservação. Se atendermos a uma representação de Mateus Fernandes, datável de 1595, o mesmo queixava-se já então que, construindo a muralha da ribeira de João Gomes de dia, à noite os moradores dos arredores deitavam-na abaixo, para não perderem os acessos às suas

fazendas e à ribeira. Curiosamente a parte norte deste troço, junto ao morro da Pena, foi o único pano de muralha, com o semi-encoberto troço do Corpo Santo, que chegou inteiro e descoberto aos nossos dias.

Quase todos os governadores dos finais do século XVI e ao longo do XVII, assim que chegavam à Ilha, queixavam-se para Lisboa de não haver correta e completamente nada construído no que dizia respeito à fortificação. Por outro lado, saindo da Ilha, davam tudo por terminado, mas o seguinte repetia as queixas. Devemos ter algum cuidado em interpretar estas atitudes, por um lado, indubitavelmente, nas questões de entendimento estratégico e tático de cada um dos militares em causa, mas, por outro, também numa certa arrogância militar típica da época e que igualmente podemos constatar nos militares castelhanos de passagem na Ilha a partir de 1580.

Entre as novidades do governo de Tristão Vaz da Veiga ainda deve ser citada a *armadilha*, conjunto de fragata e galé a remos para patrulhamento dos mares do arquipélago. O seu nome advém de muitas vezes um desses navios se disfarçar de embarcação de carácter comercial, no meio dos outros surtos ao largo do porto, podendo assim aproximar-se de navios suspeitos. Gaspar Frutuoso conta nas *Saudades da terra* um caso destes, com a perseguição feita depois a um navio de corsários ingleses. Igualmente cita este cronista a particularidade de ter este navio um esporão de bronze, de que conhecemos outros exemplos, para poder assim abordar os navios corsários.

Com a nomeação de novo governador, Diogo de Azambuja de Melo, Mateus Fernandes regressou ao continente e foi nomeado novo fortificador para a Madeira, o engenheiro Jerónimo Jorge[41], então a trabalhar em São Julião da Barra. A qualidade de Mateus Fernandes foi de imediato reconhecida, encontrando-se logo no mesmo ano como mestre de obras em Tomar e a dirigir as obras da nova Câmara de Abrantes, assim como a acabar a magnífica Igreja de São Vicente na mesma vila[42].

Tal como Mateus Fernandes, Jerónimo Jorge passou a superintender tecnicamente sobre as principais obras decorrentes na Ilha com

[41] ANTT, Chancelaria de D. Filipe I, *Doações*, L.º 28, fl. 202.

[42] Arquivo Distrital de Santarém, *Notas de Manuel da Maia*, L.º 11, fls. 15v. a 18v. *Contrato de obrigação que fez a Câmara da vila*, Abrantes, 30 set. 1595*; Ibidem*, fls. 26 a 28v.: *Procuração que fazem os confrades de São Vicente desta vila*". Abrantes, 7 out. 1595.

dinheiros da Fazenda real, como sejam as obras do novo paço episcopal e da reformulação da Igreja da Calheta. No entanto, também se viu envolvido no longo conflito que opôs os governadores da Madeira à Câmara do Funchal, que ao longo de todo o século XVII reivindicou a construção das muralhas de proteção, ou de defesa, das ribeiras do Funchal pelos dinheiros dos dois terços da imposição aplicados à fortificação.

Se por um lado, a Câmara se encontrava dentro da justiça geral, patente, por exemplo no velho *Regimento das Terças* do tempo de D. Manuel, elaborado por André Pires, por outro, o controlo geral dos dois terços da imposição do Funchal eram também quase que desde sempre da responsabilidade do governador, logo disponibilizados conforme as suas prioridades. Com a disputa entre os dois poderes, veio o mestre das obras reais a sofrer as consequências, chegando a ser mandado prender pela Câmara.

Quase todos os técnicos militares desta época se queixaram da falta de uma fortificação com comandamento e possibilidade de manobra de fogos sobre a cidade, que deveria ser construída no alto do Pico dos Frias, acima do Convento de Santa Clara. Ainda no governo do conde de Lançarote (1582-83), foram enviadas plantas desta fortaleza para Lisboa e Madrid. No dobrar dos séculos XVI e XVII, o governador Cristóvão Falcão de Sousa assumiu o encargo da construção da poderosa fortaleza no Pico de São João. A construção contou logo com oposições várias, especialmente lideradas pelos padres da Companhia, que entretanto tinham adquirido o Pico às freiras de Santa Clara[43].

O governador erigiu quase de imediato a construção em madeira, o chamado "*pau-a-pique*", guarneceu-a com soldados do presídio castelhano e enviou o sargento-mor do Funchal a D. Filipe II, então em Valladolid, para que autorizasse a efetivação da construção. O sargento-mor Roque Borges de Sousa levou então novamente uma planta do Forte do Pico, então, em princípio, da autoria do então mestre das obras reais Jerónimo Jorge, conseguindo o aval real para se começar a passagem a pedra e cal[44]. Dada a grandiosidade da obra e as dificuldades de acesso, a construção ocupou toda a primeira metade do século XVII.

[43] ANTT, Cartório dos Jesuítas, 34-32; *carta do Padre Manuel Fagundes*, sem data.
[44] *Ibidem*, 34-31; *certificado de Roque Borges de Sousa*. Funchal, 12 ago. 1606.

Mesmo com estes complicados conflitos, datam dos inícios do século XVII a construção das principais fortalezas que encerravam as muralhas do Funchal: a do Pico, levantada em madeira por volta de 1602 e progressivamente passada a pedra e cal, a poente, e Santiago, construída a partir, em princípio, de 1609 ou 1611, a nascente. Com a morte prematura de Jerónimo Jorge, em 1618, tomou o seu lugar o filho, Bartolomeu João, dando continuidade ao trabalho do pai. Datam deste período as construções iniciais das fortalezas às defesas do Funchal, como o Forte do Gorgulho, o Baluarte do Ilhéu e o Baluarte da Alfândega.

Entre os finais do século XVI e os inícios do XVII, igualmente se construíram algumas defesas no resto da Ilha, embora não com carácter perene, mas progressivamente consolidadas. Seria assim o caso de Câmara de Lobos, muito provavelmente o inicial Forte de São Sebastião, no Ilhéu; na Ribeira Brava, também muito provavelmente o Forte de São Sebastião, em adiantado estado de ruína nos inícios do século XIX; na Ponta do Sol, talvez duas, uma por certo o futuro Forte de São João, ou da Vigia e o do Passo, ambos desaparecidos em aluviões entre os finais do século XVIII e os meados do XIX; na Calheta, também talvez duas e uma das quais, o Forte de São Jorge, de que temos referências ao longo do século XVIII.

Deve datar desta altura a inicial fortificação do Caniço, "para a parte da vila de Santa Cruz", por certo o reduto ou vigia da Atalaia ou de São Sebastião; na vila de Santa Cruz, por certo onde estariam as bombardas enviadas no século XV pela infanta D. Beatriz; em Machico, duas, uma das quais o forte de São Roque, referido ao longo dos séculos XVII e XVIII, e outra talvez na margem oposta, ou seja, junto ao desembarcadouro de São João; e ainda outra na costa Norte, "detrás da Ilha", como referiria depois o provedor António Antunes Leite ao descrever mais tarde a sua estadia na ilha[45]. Desde os finais do século XVI que também existia um reduto no Pico do Castelo, no Porto Santo.

Para além dos ingleses, também nesta época começam a aparecer nos mares da Madeira esquadras de holandeses e depois de argelinos. Temos informações de esquadras holandesas a aparecerem à frente do Funchal com intenções duvidosas, pelo menos em 1600, altura em que

[45] *Ibidem*, CC, PI, M. 118, doc. 151. Sintra, 29 ago. 1632.

o bispo-governador destacou uma companhia de milícias para o calhau do Gorgulho, para o que pudesse acontecer. Foi nessa sequência que em 1611 se construiu nesse local o Forte do Gorgulho. Era uma pequena fortaleza pentagonal, essencialmente com uma casa da guarda, para uma pequena guarnição de dez a quinze homens, e uma guarita, para vigia do mar.

Em 1617, uma esquadra argelina atacou o Porto Santo, levando para Argel toda a população que ali existia[46]. Apenas terão escapado cerca de dezassete pessoas escondidas nas fragas. O pânico que se apoderou das capitanias do Funchal e de Machico foi indescritível. Em Machico não houve mesmo sessões na câmara durante algum tempo, dado toda a população andar armada e a vigiar possíveis desembarques argelinos. A Câmara do Funchal disponibilizou as verbas possíveis para a fortificação, e a alfândega entregou mesmo os dinheiros reais dos açúcares do Brasil para esse efeito. A Fortaleza de Santiago, que teria guarnição a partir de 1612, estava final e oficialmente pronta em 1620[47], embora ainda tenha tido obras importantes até 1637.

Com estas duas construções a fecharem os troços de muralha a Nascente (Santiago) e a Poente (hoje São João, mas que nesta época aparece algumas vezes como São Filipe), ficou completo o regimento de fortificação de D. Sebastião, na sua versão ampliada, incorporando o bairro de Santa Maria do Calhau. Com o prolongamento da muralha para nascente e a construção de Santiago, deixou de ter interesse o pano de muralha ao longo da ribeira de João Gomes e a construção de uma fortificação no morro da Pena, como fora proposto por Mateus Fernandes, entre 1567 e 1570. O restante projeto foi continuado por Jerónimo Jorge e, por seu falecimento em 1618, pelo filho Bartolomeu João [48].

[46] Cf. Jorge Valdemar Guerra, "O saque dos argelinos à Ilha do Porto Santo em 1617 ", *Islenha*, n.º 8, Funchal, jan.-jun. 1991, 57-78.

[47] De 1612 foi o pedido de nomeação do capitão Domingos Rodrigues para a nova fortaleza, sinal de se encontrar quase pronta, embora a data de residência do comandante, então capitão Paulo Pereira da Silva, seja de 1620.

[48] ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, L.º 43, fl. 154v. Nos índices desta Chancelaria (*idem*, L.º 65) este alvará vem referido como sendo de nomeação de Mestre das Obras da Cabeça Seca. Cf. Sousa Viterbo, Francisco Marques de Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao Serviço de Portugal*, vol. II,, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1990 (1.ª ed. 1899), pp. 34 e 35. No nosso arquivo

Data dos finais do século XVI a assunção por parte dos quadros insulares de que o número dois da Ilha era o bispo do Funchal. O assunto nunca havia sido discutido, mas tendo o governador saído da Ilha, em 1599, em eleição na Câmara do Funchal, foi o bispo eleito como governador. O prelado, então D. Luís Figueiredo de Lemos, ainda se teria tentado escusar, mas acabou por aceitar, instituindo um costume que passaria aos restantes territórios ultramarinos.

O bispo era apresentado pelo rei e pago pela fazenda, pelo que, de certa forma, também tinha patente militar. Grande parte dos bispos haveria de assumir semelhantes funções e alguns, várias vezes, como depois ocorreu com D. Jerónimo Fernando, nas primeiras décadas do século XVII, que ocuparia o lugar por três vezes e, inclusivamente, por patente régia, dada a inoperância do governador.

## As defesas da segunda metade do século XVII

Com a aclamação de D. João IV foi desenvolvido um amplo esforço no campo da fortificação, que começou na barra de Lisboa e nos pontos mais importantes da defesa marítima e depois se estendeu a toda a fronteira, principalmente no Norte e Alentejo. Ciente dessa necessidade, D. João IV revitalizou a antiga aula de Arquitetura Militar, no Paço da Ribeira, onde colocou, inclusivamente, o infante D. Teodósio, futuro príncipe do Brasil. A direção foi entregue ao engenheiro Luís Serrão Pimentel, autor depois do *Método Lusitanico de desenhar as Fortificações das Praças regulares e irregulares*, editado em Lisboa, 1680, e cujo filho, Francisco Pimentel, planearia, em 1699, uma fortificação para a Ponta Gorda[49], na sequência do Gorgulho, mas que não se chegou a levantar.

---

particular, proveniente dos arquivos da *Livraria Histórica e Ultramarina* (Almarjão) existe um *Aviso de pagamento, relativo à mercê que, por provisão de 10 de Novembro de 1618, Sua Majestade fizera a Bartolomeu João do ofício das obras da Ilha da Madeira, vago pelo falecimento de seu pai*, sem data, nem assinatura; à margem tem uma anotação referente à expedição deste aviso assinada por António Correia; tem a indicação: L.º 3.º, p. 181 e de ter sido fl. 122

[49] Projeto do sargento-mor Francisco Pimentel, 1699, em ANTT, Conselho de Guerra, M. 58, cx. 145. Publicado por Nelson Veríssimo, *Relações de poder na Sociedade Madeirense do século XVII*, coleção História da Madeira, Funchal, DRAC, 2000.

Com a subida ao trono de D. João IV tinham ocorrido no Funchal uma série de alterações da ordem pública e de outros atropelos, que se mantiveram infelizmente ao longo das décadas seguintes. Estas alterações, se assim as podemos chamar, especificamente, não tiveram nada a ver com a Restauração, limitando-se a utilizar o momento para saldar rixas antigas e perpetrar vinganças pessoais. O principal alvo foi a alfândega e o seu provedor, pelo que num curto espaço de tempo havia ordem de Lisboa para ser fortificado o edifício.

A ordem de D. João IV data de 1644, mandando fortificar o cais da alfândega, fechando-o à cidade e ao mar, somente consentindo duas portas[50]. As fazendas deveriam entrar por essas portas e as que não o fizessem deveriam considerar-se *perdidas*. A medida, mais que dar ao cais e à alfândega condições de defesa, já existentes do anterior, visava controlar o contrabando e salvaguardar a fazenda régia. As primeiras obras militares ali levadas a efeito tinham decorrido em 1630 e, pelo menos desde essa altura, era artilhado. Já pelas determinações de 1566, que criaram a *nómina* de bombardeiros do Funchal, os guardas da alfândega deveriam ser também artilheiros.

Por pedido dos moradores e do provedor da alfândega, em 1651, foi solicitada autorização para se fortificar o Ilhéu do porto do Funchal. Neste pedido salientava-se que as obras já tinham sido iniciadas em 1634-35, pelo governador D. João de Meneses, e que os custos para a Fazenda real seriam mínimos, dado saírem da *imposição*, imposto local para os gastos da fortificação e defesa em geral. A autorização do rei foi dada em fevereiro de 1652, embora só tenha sido registada na câmara em dezembro de 1654[51]. Por esta altura já se encontravam soldados no Ilhéu, embora as obras tenham decorrido durante bastante tempo e só se termine o forte como o conhecemos hoje pelos meados do século XVIII, com o engenheiro Francisco de Alincourt. Perto dos finais do século XVII foi construída uma capela com a evocação de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal, para o serviço dos soldados ali de guarnição.

[50] ARM, CMF, T6, fl. 70: 11 ago. 1644: *Mandado do conselho da fazenda para se fazer o reduto da alfândega.*

[51] *Ibidem*, fls. 116v.-117, 10 fev. 1652: *Treslado da carta que S. Majestade escreveu ao governador desta ilha bartolomeu Vasconcelos da Cunha sobre a fortificação do ilhéu.*

Com a morte de Bartolomeu João em 1659, foi nomeado para o lugar o seu filho Bartolomeu João de Abreu, no entanto, poucas referências temos à sua atuação nesse campo. Com as questões surgidas com o governador, assumiu, pelo menos algumas vezes, o controlo geral das verbas e depois mesmo da fortificação, o provedor da alfândega.

A função específica de acompanhamento da reformulação da fortificação da Madeira veio a ficar a cargo de visitas pontuais de engenheiros das escolas de fortificação continentais. Nesse quadro, em 1689, deslocaram-se ao Funchal o capitão de engenheiros António Rodrigues Ribeiro e o engenheiro Manuel Gomes Ferreira para levantar as plantas das fortificações e vilas da Madeira[52], mas de que não conhecemos a sequência. Devem ter sido estes militares que foram os responsáveis pelo acabamento das muralhas do Funchal e o seu pomposo encerramento com o portão dos Varadouros, datado do mesmo ano de 1689[53].

## A Madeira no quadro atlântico da segunda metade do século XVII

A Madeira desde os primeiros anos do século XVI que participava ativamente nos *negócios* do Brasil, com destaque, a partir dos meados do XVII, para o levantamento de companhias para servirem na Bahia, no Rio de Janeiro, etc., que passaram a acompanhar os governadores a caminho daquele território, o mesmo acontecendo em relação a Angola, imprescindível como fonte de mão de obra daquele território. O levantamento de forças na Madeira para aqueles territórios ultramarinos, foi uma situação que se manteve também ao longo século seguinte.

De forma mais ou menos velada, a Madeira, tal como o continente, participa ainda no *levantamento* de Pernambuco, encabeçado pelo madeirense João Fernandes Vieira e demais familiares, contra a ocupação holandesa. As forças de João Fernandes Vieira viriam a entrar em Recife a 28 de janeiro de 1654, que passaria à história como "o restaurador de Pernambuco". Num curto espaço de tempo seria governador de Paraíba

[52] ANTT, Ministério do Reino, decretos, M. 8, n.º 13, Lisboa, 24 mar. 1689.

[53] O Portão dos Varadouros veio a ser demolido no rescaldo dos problemas dos republicanos de 1911, alegando ser necessário à salubridade da cidade e, quase 100 anos depois, novamente reconstruído, então nas comemorações dos 500 anos da cidade do Funchal, em 2008.

(1655-1658) e, depois, de Angola (1658-1661), para onde se deslocou com o cunhado Francisco César, Manuel Berenguer e Sebastião Moniz da Câmara, todos parentes, militares e madeirenses, ou seus descendentes[54].

Foi nesse quadro que se incrementou o comércio com o Brasil nos anos seguintes, especialmente com base na parceria de João Fernandes Vieira com o mercador Diogo Fernandes Branco. Este importante comerciante chegou mesmo a levantar uma fortificação particular, o Forte dos Louros, por 1644, para proteção do seu porto na foz da ribeira Gonçalo Aires, ficando assim, em princípio, a salvo do controlo exercido pela alfândega do Funchal.

O comércio com o Brasil começou a ser organizado nestes anos através do chamado "*comboio marítimo*", oferecendo assim uma maior segurança. Os navios partiam de Lisboa e estacionavam no porto do Funchal, onde aguardavam a incorporação de navios de outros portos. Com o aumento do tráfego no porto do Funchal, foi criado o lugar de "*comissário dos comboios*", cargo de nomeação régia, por três anos, lugar ocupado por Diogo Fernandes Branco e, em 1673, por Gaspar de Andrada, que voltaria a ocupá-lo em 1677, passando o irmão deste, o cónego António Lopes de Andrada, a assumir um progressivo destaque no panorama económico insular e atlântico[55].

A *Companhia Geral do Comércio do Brasil* tinha ficado com o monopólio dos estancos e, especialmente, o respeitante ao comércio do vinho da Madeira. Dada a tradição de contrabando do porto do Funchal, dificilmente este monopólio aqui teria sido cumprido e, mais ainda, quando esta companhia passou a pessoa coletiva e se ligou ao *comboio*, administrado localmente por um delegado, como já escrevemos, tal como a partir do momento que a Madeira passou a ter autorização de associar ao mesmo, primeiro, dois e, depois, quatro navios.

A constituição da *Companhia* fora efetuada com base na ação do padre António Vieira e nas suas ligações com os cristãos-novos, estabele-

[54] Cf. Henrique Henriques de Noronha, *Nobiliário Genealógico das Famílias que passaram a viver a esta ilha da Madeira*, São Paulo, Revista Genealógica Brasileira, 1948.

[55] Cf. nosso artigo "Os Prelados de origem madeirense no Brasil nos Séculos XVIII e XIX", *Islenha*, 54, jan.-jun. 2014, pp. 25-38, onde abordamos esta complexa teia de interesses e a origem judaica de maioria destes personagens.

cendo-se assim uma vasta rede comercial em que entravam os cristãos-novos de Pernambuco e do Maranhão, no Brasil; de São Miguel, nos Açores; do porto de Viana, no reino; de Amesterdão, na Holanda; e do Funchal. Mais tarde, e dadas as ligações estabelecidas, estas relações ainda aumentaram com criação da *Companhia Real da Guiné e Cacheu*, cujo administrador foi o capitão Gaspar de Andrada, que já fora administrador do *comboio* no Funchal.

## As obras dos inícios e meados do século XVIII

Alguns anos depois, no século seguinte e sob a orientação do fidalgo-mercador Duarte Sodré Pereira, vêm a ser levantados vários fortes, todos perfeitamente marcados e datados através de placas identificativas. Algumas destas fortificações levantaram-se onde já havia organizações de terreno anteriores, então totalmente reformuladas e, muito provavelmente, de acordo com as diretivas deixadas pelos dois especialistas que visitaram a Ilha em 1689.

No quadro do governo de Duarte Sodré Pereira, "fidalgo e mercador", se levantou no Funchal o Forte Novo de São Pedro[56], em Santa Cruz o Forte da Graça e em Machico os Fortes de São João do Ancoradouro e de Nossa Senhora do Amparo. Na costa oeste foi levantado o Forte de São Pedro da Ribeira Brava e, na costa norte, talvez algum tempo depois, o Forte do Porto da Cruz e o Forte de São João Baptista do Porto do Moniz, que seria depois reedificado por 1758, como se refere no século XIX[57].

[56] Fizemos a descrição da fortificação da Madeira e Porto Santo no II volume do nosso trabalho *Arquitectura Militar...*, *Iconografia e Inventários*, Lisboa/Funchal, DRAC, 1995. O forte aqui citado, encontra-se a pp. 290 a 293 e 303 a 311. Foi primeiro comandante do Forte Novo de São Pedro o capitão Zenóbio Acciauoli de Vasconcelos. No ano seguinte, dado o falecimento do anterior, era provido como comandante desta fortaleza o antigo capitão do Campanário, Jorge Correia de Vasconcelos (ARM, CMF, RG, T 7, fl. 288 v. 8 set. 1708).

[57] "Este Forte se fez por ordem de El Rei nosso Senhor, o Sr. D. João 5.º, sendo governador desta Ilha o Excelentíssimo conde de São Miguel e provedor da fazenda real e superintendente das fortificações, Manuel Teixeira de Castro e de cuja obra foi inspector pelo dito senhor, o capitão cabo dele, Francisco Ferreira Ferro, filho do sargento-mor do mesmo nome, no ano de 1758". Transcrição do capitão engenheiro António Pedro de Azevedo em *Planta dos Ancoradouros do Funchal e do Porto do Moniz*, 1848.

Ao longo do século XVIII virá a ser preenchido o lugar de *mestre das obras reais da Ilha da Madeira e seu termo*, com a patente de capitão engenheiro, mas por recrutamento local, pontualmente, com a obrigação de frequentar em Lisboa a então *Aula* ou *Academia Militar* e depois de examinado pelo engenheiro-mor do Reino, como aconteceu com Domingos Rodrigues Martins[58]. No entanto, deixa de ser um militar dependente diretamente do capitão-general, para ser um funcionário da provedoria da fazenda do Funchal, "com capacidade e inteligência em toda a obra de pedreiro e suas medições e avaliações", logo capaz para "o emprego de medidor e avaliador". A este mestre das obras reais virão a ser cometidas as obras decorrentes com os dinheiros da fazenda, mas não as grandes obras de defesa que, quando necessárias, virão a ser encomendadas a especialistas enviados pela corte de Lisboa. Nesse quadro, destacam-se as estadias dos engenheiros militares ao serviço de Portugal, como Tossi Columbina e Francisco de Alincourt, que aqui estiveram para as obras do porto do Funchal, pela década de 60 e de 70 desse século. Nessa altura foi ampliada a Fortaleza de Santiago, construída a de São José da Pontinha e reformulada a do Ilhéu do porto. Talvez pouco depois ainda seria também reformulado o Forte do Gorgulho, embora, muito provavelmente, sobre uma construção anterior.

## Conclusões

Não cabe numa comunicação como esta avançar muito mais num campo tão vasto e complexo como é o da História Militar de uma Região que, por se situar numa muito especial posição estratégica do Atlântico Norte, funcionou ao longo da sua História essencialmente como placa giratória de mercadorias, pessoas e ideias. Primeiro, como apoio às praças portuguesas do Norte de África e, segundo, e quase ao mesmo tempo, no apoio às viagens de exploração das costas africanas, brasileiras e do Índico, a sua História tem de ser entendida, sempre, muito mais nesse contexto, que no restrito território físico da Ilha que é.

[58] ANTT, PJRFF, L.º 972, fls. 257v.-258. Novo provimento, Lisboa, 23 out. 1748; Funchal, 25 nov. 1748; *ibidem*, L,º 975, fl. 133v. Lisboa, 23 abr. 1760; Funchal, 7 de jul. 1760; *ibidem*, novo registo, 22 set. 1766.

Até à independência da navegação atlântica dos ventos e das correntes, ocorrida nos meados do século XIX com a divulgação do motor a vapor, os mares da Madeira eram quase ponto obrigatório de escala de toda a navegação que, do Atlântico Norte europeu, procurava a África, a América ou a Índia. A sua situação estratégica frente ao Estreito de Gibraltar, entre os finais do século XVIII e os inícios do XIX, ainda a viria a tornar num ponto de controlo da navegação atlântica perfeitamente imprescindível no quadro das guerras napoleónicas e, daí, a sua ocupação, por duas vezes, por forças inglesas durante esse conflito.

FIGURA 1. Fortaleza de São Lourenço do Funchal. Campanha de obras de Estêvão Gomes, 1540 e reforma de Mateus Fernandes (III), 1572 e seguintes. Avenida do Mar, Funchal.

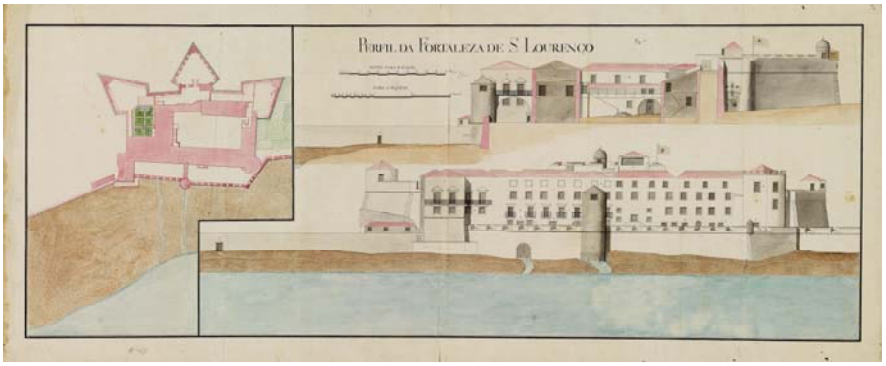



FIGURA 2. Fortaleza de São Lourenço do Funchal. Alçado e planta de Paulo Dias de Almeida, 1805. Direção do Serviço de Infraestruturas do Exército.

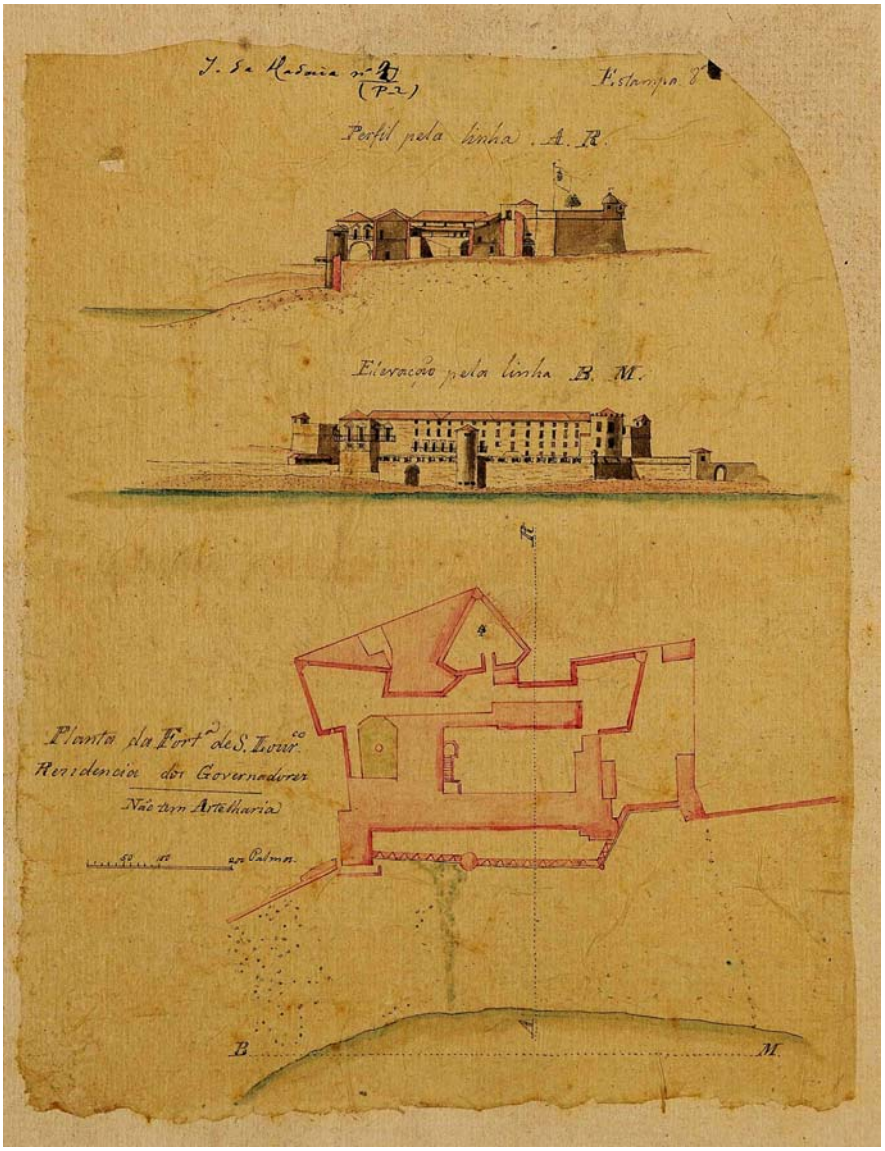



FIGURA 3. Fortaleza de São Lourenço do Funchal. Alçado, perfil e planta de Paulo Dias de Almeida, 1817. Direção do Serviço de Infraestruturas do Exército.

FIGURAS 4-5. Fortaleza de Santiago do Funchal. Jerónimo Jorge, 1614 e reforma de Francisco Tosi Columbina, c.1765. Santa Maria Maior, Funchal.

FIGURAS 6-7. Fortaleza de São João do Pico. Campanha de c.1602 a 1660. Pico de São João, Funchal.

FIGURA 8. Complexo da entrada da fortaleza de São João do Pico. Campanha de c.1602 a 1660. Pico de São João, Funchal.

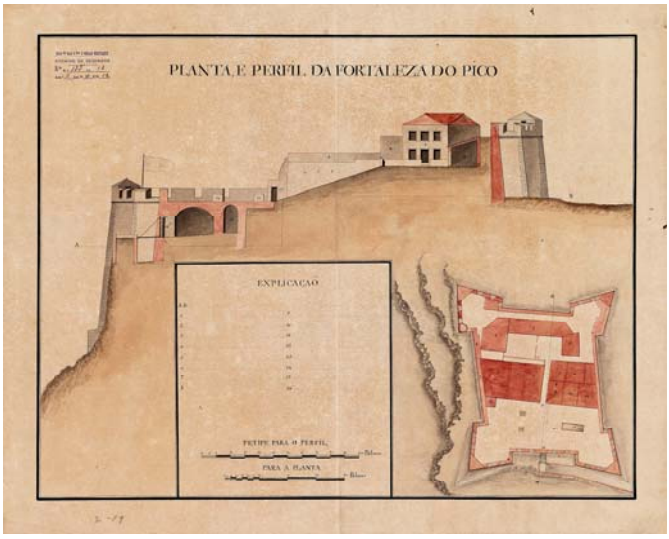



FIGURA 9. Fortaleza de São João do Pico. Alçado e planta de Paulo Dias de Almeida, 1805. Direção do Serviço de Infraestruturas do Exército.

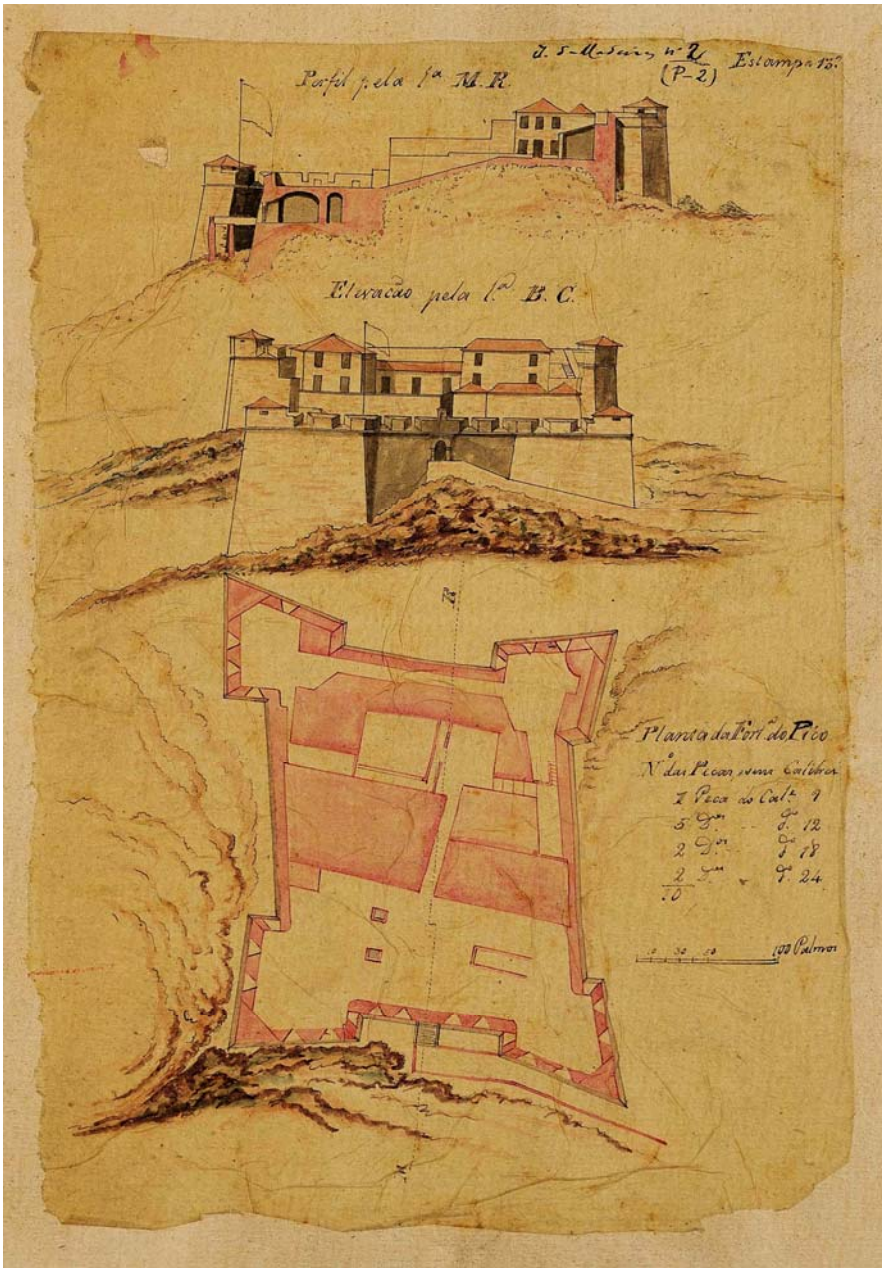



FIGURA 10. Fortaleza de São João do Pico. Alçado, perfil e planta de Paulo Dias de Almeida, 1817. Direção do Serviço de Infraestruturas do Exército.

FIGURA 11. Fortaleza do Ilhéu do Funchal. Bartolomeu João, 1654 e seguintes. Molhe do porto do Funchal.

FIGURA 12. Guarita do forte dos Louros. Bartolomeu João, c.1645. Antigo lazareto do Funchal.

FIGURA 13. Portal do forte de São João Batista de Machico. Campanha de Duarte Sodré Pereira de 1708. Antigo desembarcadouro de Machico.

FIGURA 14. Torre de gola do forte de São Bento da Ribeira Brava. Campanha de Duarte Sodré Pereira de 1708. Ribeira Brava.

FIGURA 15. Lápide do portal do forte de São Bento da Ribeira Brava. Campanha de Duarte Sodré Pereira de 1708. Ribeira Brava.

FIGURAS 16-17. Forte do Gorgulho. Reconstrução de c.1800.
Promenade do Lido, Funchal.

FIGURA 18. Forte de São José da Pontinha. Campanha de Francisco Tosi Columbina, c.1765. Óleo de George Chinnery ou Auguste Borget, c.1830. Museu Quinta das Cruzes.

FIGURA 19. Boca-de-fogo da antiga muralha do Corpo Santo. Arsenal inglês, c.1790. Santa Maria Maior, Funchal.